

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

A PANDEMIA DA COVID-19 E UMA NOVA LINGUAGEM DA EDUCAÇÃO EM CURSO¹

THE COVID-19 PANDEMIC AND A NEW LANGUAGE OF EDUCATION IN PROGRESS

Neusete Machado Rigo²

¹ Este texto faz parte da pesquisa em andamento intitulada As políticas educacionais e seus efeitos sobre a educação contemporânea e os currículos escolares.

² Doutora em Educação. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS/Campus Cerro Largo.

Resumo

O presente artigo apresenta uma discussão acerca da educação em relação à racionalidade neoliberal em curso que enfatiza a aprendizagem em detrimento da própria noção de educação. O objetivo consiste em refletir sobre os efeitos de uma nova linguagem – linguagem da aprendizagem – que se incorpora à educação em detrimento a uma linguagem da educação. O contexto da pandemia da Covid-19, ao suspender a escola, contribui para o fortalecimento dessa linguagem focada na aprendizagem. A metodologia desse estudo possui abordagem qualitativa e utiliza uma pesquisa bibliográfica em referenciais que discutem a defesa da escola e uma linguagem da educação para a educação. Os resultados da investigação indicam que a linguagem da aprendizagem coaduna com os interesses da lógica neoliberal em curso, porque facilita uma compreensão econômica sobre a educação na produção de sujeitos que atendem aos interesses do mercado, produzindo subjetividades competitivas. Já, uma linguagem da educação pode produzir subjetividades responsáveis pelos outros. Essa nova linguagem da educação pode ser uma alternativa à linguagem da aprendizagem se estiver voltada para o limiar de uma ética da alteridade, a ser promovida no espaço escolar por meio das vivências democráticas.

Palavras-chave: Racionalidade neoliberal. Subjetividade. Humanismo. Alteridade.

Abstract:

This article presents a discussion about education in relation to the current neoliberal rationality that emphasizes learning to the detriment of the very notion of education. The aim is to reflect on the effects of a new language - language of learning - which is incorporated into education at the expense of a language of education. The context of the Covid-19 pandemic, when suspending the school, contributes to the strengthening of this language focused on learning. The methodology of this study has a qualitative approach and uses a bibliographic search in references that discuss the defense of the school and a language from education to education. The research results indicate that the language of learning is in line with the interests of the current neoliberal logic, because it facilitates an economic understanding about education in the production of subjects that meet the interests of the market, producing competitive subjectivities. Already, a language of education can produce subjectivities responsible for others. This new language of education can be an alternative to the language of learning if it is aimed at the threshold of an ethics of otherness, to be promoted in the school space through democratic experiences.

Keywords: Neoliberal rationality. Subjectivity. Humanism. Alterity.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

INTRODUÇÃO:

A escola é uma invenção moderna e possui uma história que marca suas finalidades, sua organização e seus objetivos, os quais estão sempre em discussão, principalmente no contexto atual. A Modernidade inventou a escola em resposta a uma realidade social que entendeu como necessidade que ‘todos têm que saber de tudo’, e que era possível ‘ensinar tudo a todos’. Comenius, como bispo protestante, filósofo e pedagogo do século XVI-XVII, acreditando na educabilidade do homem, instaurou uma utopia sobre a escola que a situou como responsável para “formar o homem, se ele deve ser homem” (COMENIUS, 1977, p. 55). Mas isso, só seria possível mediante a fundação de uma pedagogia que organizasse a educação, pois nessa época não havia qualquer sistema de planejamento que definisse ordem à educação, tudo era muito espontâneo e disperso no espaço geográfico. Como um ideal pedagógico, a pansofia comeniana tinha como propósito organizar a educação de forma institucional e didática, seguindo um conteúdo e uma metodologia para cuidar da educabilidade do homem. Esse ideal pansófico possuía duas dimensões: uma sociopolítica, advogando educação para todos independente de condições sociais, idade ou sexo; e outra, metodológica, que previa uma organização das formas pedagógicas que iriam compor uma espécie de ‘sistema educacional’. Isso levou Comenius a propor uma “maquinaria de escolaridade universal” (NARODOWSKI, 2006, p. 28) a ser viabilizada pela escola.

Assim, a escola assumiu uma função social e a primazia de ser o lugar onde o homem seria educado para tornar-se humano. Porém, a educação estava longe ainda de ser concebida como um direito. Todavia, ao longo dos anos, foi se intensificando uma luta social em torno dela, defendendo-a como um direito humano e social, que chegou a ser efetivado somente no século XX. No Brasil, por exemplo, a educação passou a ser considerada como direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988. De lá para cá, as discussões em torno do direito à educação, ao acesso à escola e ao ensino e à aprendizagem, têm ocupando muitos espaços que se projetam para além do campo educacional, indicando interesses econômicos, políticos e sociais.

Nesse sentido, identificamos a presença de uma linguagem na educação, que não é de hoje, mas atualmente está em evidência, sendo aceita e incorporada pelo campo educacional. É uma linguagem que tem uma origem e um endereço. Trata-se de um discurso que foca na aprendizagem e não na educação.

No cenário atual pandêmico, provocado pela Covid-19, a linguagem da aprendizagem se apresenta com proeminência, mandando a educação ficar em casa, e ainda, cuidando do ensino à distância. Com que frequência, ouvimos em tom de advertência que “a escola ensina, e a família educa”, delimitando responsabilidades diferentes de acordo com o espaço ocupado pela criança. Criamos um axioma que é repetido constantemente, mas que precisa ser melhor examinado. Podemos isolar a educação e a aprendizagem em lugares distintos? Qual a relação e a importância da educação e da aprendizagem para a formação humana, agora no século XXI? Que sujeitos a escola está produzindo com uma linguagem que foca a aprendizagem e não a educação?

Nessa perspectiva, a discussão que apresento se propõe a refletir sobre uma racionalidade neoliberal que afeta a educação enaltecendo a linguagem da aprendizagem, associada à realidade pandêmica da Covid-19 que suspendeu a escola! Estamos vivendo uma ‘experiência de educação’ sem a escola. Isso pode ser muito desafiador, pois discursos recorrentes reverberam na sociedade que “a escola precisa mudar” e “após a pandemia, a escola deverá ser outra”. Em meio ao desconhecido todos



Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

procuram, de alguma forma, encontrar um jeito para que a escola não pare: “a escola não pode parar!”. Mas, por que a escola não pode parar? O que não pode parar? O que a ‘experiência da educação’ em tempos de pandemia pode trazer aos nossos debates em relação à educação e à aprendizagem?

Certamente, não tenho a pretensão de fazer uma análise sobre a complexidade dos efeitos que a ‘anormalidade’ da pandemia da Covid-19 pode trazer à educação, porque isso seria de todo impossível, mas faço aqui um esforço para refletir sobre a necessidade de uma linguagem da educação que transforme a escola em espaço/tempo de humanização, como resistência à lógica neoliberal que captura a sociedade contemporânea e introduz uma linguagem sobremaneira da aprendizagem. Para conduzir essa discussão procuro manter-me atenta às seguintes questões: que subjetividades são produzidas pela linguagem da aprendizagem e pela linguagem da educação? Como podemos pensar uma linguagem da educação na contemporaneidade sem nos restringirmos à linguagem da aprendizagem?

Assim, na primeira parte do texto discuto a linguagem da aprendizagem como um efeito da racionalidade neoliberal que se instaurou na sociedade contemporânea, e a conduz sob uma lógica produtiva. Nesse cenário, a linguagem da aprendizagem se torna útil porque está produzindo sujeitos competitivos. Na segunda parte, discuto sobre a escola, não como uma “fábrica de produzir homens” (NARODOWSKI, 2006, p. 60), mas como um espaço/tempo de vivências coletivas e democráticas que podem fortalecer a formação humana, na tentativa de colocar em funcionamento uma linguagem da educação que produza sujeitos sensíveis à alteridade.

A COVID-19 SUSPENDEU A ESCOLA, O QUE NOS RESTOU?

A escola ‘fechou’, e em boa parte delas, seu espaço foi ocupado por ações administrativas e rápidas passagens de professores, alunos e familiares para a entrega e recepção de atividades a serem feitas em casa. Esta é a realidade, em geral, das escolas públicas, com raras exceções que mantêm aulas em plataformas online. A realidade das escolas privadas pode ser diferente em relação ao acesso dos alunos à tecnologia, mas o distanciamento entre professores e alunos se mantém. Dois aspectos existentes no campo da educação podem ser evidenciados nesse contexto: o primeiro, o nível de desigualdade social em que se dá a educação de nossas crianças e jovens reflete a desigualdade social de nosso país; e segundo, a linguagem da aprendizagem se fortalece ainda mais, pois a educação de crianças não se dá à distância. Também é possível observar que as vozes que se levantam não reclamam pela educação, mas pela aprendizagem, ao contrário, muitas se engajam, mesmo em situações precárias para tentar ensinar e aprender: professores sem condições para trabalhar em casa precisam ensinar, da mesma forma, as famílias também precisam desempenhar essa função. Todos são convocados a ensinar para que a aprendizagem não perca seu glamour.

Os apelos mercadológicos da economia sobre a sociedade afetam a educação também. São muitos os gestos imperativos de que ela não pode parar, porque alguém está perdendo com o fechamento das escolas. Alguém paga por um produto e não o recebe, alguém deixa de aprender e atrasa o desenvolvimento e a geração de capital (humano).

Mas e a escola, como fica nesse contexto? E a educação? Esquecemos da educação e nos ocupamos da aprendizagem? Não estaria a linguagem da aprendizagem se sobrepondo à linguagem da educação? Quais efeitos e quais lições a pandemia da Covid-19 pode trazer para a educação? Pensar

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

sobre o que estamos pensando e fazendo com a educação neste momento nos permite refletir sobre que educação e que aprendizagem a humanidade precisa para enfrentar os problemas teóricos e práticos que vivemos.

Nessa perspectiva, para refletirmos sobre a educação atual é necessário considerarmos o contexto político e econômico que as transformações do capitalismo contemporâneo produziram, e que estão afetando o campo educacional. As transfigurações do neoliberalismo investiram sobre as sociedades, não como uma ideologia de mercado, mas como “um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Assim, o neoliberalismo afeta as relações entre as pessoas e acaba se projetando como uma forma de vida. A educação, sendo responsável na sociedade por um processo de humanização que começa desde a infância, não fica imune a essa lógica, ao contrário, passa a ser um campo estratégico para a formação de um sujeito subjetivado a ela.

Foucault (2008), em sua obra, nos explica que vivemos relações de poder/saber que produzem verdades que nos subjetivam. Para ele, o neoliberalismo se transformou em uma “maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2008, p. 301) porque seus princípios conduzem a organização da vida em sociedade e seus efeitos implicam na incorporação destes nas subjetividades. Esse modo de ser e de pensar também está produzindo um conceito de humano, que diante do contexto pandêmico em que vivemos se torna relevante revisar.

a escola, segundo a pedagogia moderna foi inspirada pela pansofia comeniana para educar a infância e a juventude para deixar seu ‘estado de brutalidade’ e assim constituir-se como humano, desde lá e hoje também, há que se perguntar sobre qual humano, que humano é esse que se pretende fazer existir. A construção desse humano passa por uma pedagogia e esta sempre se organizou sob um caráter normalizador da infância e da juventude à ordem vigente. Na atualidade esta ordem corresponde a uma nova razão – racionalidade neoliberal - que faz do humano um capital, um ‘capital humano’, que é subjetivado pelo mercado, não para construir relações de venda e consumo, mas para investir em si. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 140) o referencial humano que o neoliberalismo contemporâneo se encarrega de nutrir é o sujeito empresarial, que se autogoverna e assim desenvolve o potencial de “empreender, e ao empreender, vai aprender” (Grifos dos autores).

Nessa direção, Biesta (2017) afirma que nas últimas décadas ocorreu uma ascensão do conceito de aprendizagem e o declínio do conceito de educação. A aprendizagem e o aluno se tornaram centrais no processo educativo deslocando a educação e o professor. Parece que a educação passou a ocupar posição subalterna à aprendizagem, ou seja, educa-se para aprender mais e sempre. Podemos observar esse deslocamento por meio da ênfase da aprendizagem nas políticas educacionais formuladas pelo Estado e assumidas por governos que “já não pleiteiam educação recorrente ou permanente, mas enfatizam a necessidade de uma aprendizagem de vida inteira e a criação de uma sociedade aprendente” (BIESTA, 2017, p. 32). A “nova linguagem da aprendizagem” (BIESTA, 2017) se tornou dominante no cenário educacional e não pode ser vista como algo natural ou sem propósito, mas como resultado de uma combinação de tendências do desenvolvimento das estratégias neoliberais em ampliar ou renovar suas forças. A educação sempre esteve na mira do mercado porque ela possui forças condicionantes que lhe são úteis, ao persuadir o indivíduo e convencê-lo da necessidade de educar-se para ser incluído na sociedade de forma produtiva, e também, porque ela proporciona condições para que ele possa competir e assim, disputar espaço no mercado.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

Os avanços do neoliberalismo e o declínio do Estado de bem-estar-social são, segundo Biesta (2017), entre outros motivos, a principal razão para a assunção da linguagem da aprendizagem, pois a ideologia de mercado fez da educação seu campo de atuação, e a aprendizagem é o produto que se busca alcançar, não mais pelo cidadão, mas pelo consumidor. A aprendizagem também qualifica e, por isso, potencializa a competitividade do sujeito, contribuindo para o fluxo mercadológico, que precisa, cada vez mais, de um humano competitivo. A competitividade agiliza e refina os processos de avanços mercadológicos do neoliberalismo.

O capitalismo precisa da ação do Estado na educação, seja para intervir no direcionamento de políticas que estejam preocupadas com a adequação da força de trabalho, seja pela abertura do campo educacional às empresas e investidores. Segundo Hill (2003) “a agenda empresarial para as escolas está ficando cada vez mais transnacional, sendo gerada e disseminada através de organizações chaves das elites políticas e econômicas”. Assim, o recuo do Estado em garantir a educação pública para todos, e os avanços científicos e tecnológicos que a pós-modernidade introduziu em nossa sociedade, abriu um nicho mercadológico que apresenta diversas formas para oferecer a aprendizagem, esteja ela assegurada sob princípios, seja em modalidades específicas de treinamento ou de especialização. Adrião e Domiciano (2018) corroboram pesquisas (FREITAS, 2014; HILL, 2003) que indicam que o Estado, ao abrir o campo educacional para que corporações, fundações e institutos de interesses empresariais, em nome de um suposto compromisso com a educação, permitiu ao capital atuar na definição de políticas e insumos educacionais que reafirmam o direito à educação em um campo mercadológico.

Aprender é o que importa, em casa, na escola ou em espaços virtuais, aprender sempre e mais, porque essa é a condição para ser competitivo e participar ativamente do jogo mercadológico em que estamos todos escalados, embora nada nos assegure o sucesso em campo. Cada um é livre para obter aprendizagem onde desejar, por isso também ganha força o movimento da educação domiciliar no Brasil, que aguarda aprovação do projeto de lei assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, em 11 de junho de 2020, para entrar em funcionamento e possibilitar aos pais o ensino de seus filhos fora de uma escola. Assim, o cidadão, a criança, o jovem e o adulto são usuários do serviço educacional, tornando-se um consumidor “aprendente” (BIESTA, 2017, p. 37).

A razão neoliberal não representa simplesmente uma ideologia, mas formas de governamentos sobre os indivíduos que produzem uma nova subjetividade, que Dardot e Laval (2016) reconhecem como resultado de uma “subjetivação contábil e financeira” que estreita a relação do humano com o capital. Desse processo, o humano é um capital que precisa cada vez mais investir em si, tornando-se um “valor que deve se valorizar cada vez mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31). Para o neoliberalismo, a lógica de mercado passa tanto pelo Estado quanto pelas subjetividades. Por isso, aprender sempre e mais é a regra, porque assim o sujeito pode ser incluído e adaptado a essa lógica.

Nesse sentido, o direcionamento das políticas educacionais brasileiras atuais também está alinhado à produção do sujeito contábil e produtivo, e principalmente, para que esse realize investimentos sobre si para tornar-se apto a concorrer, de modo qualificado e competitivo. Se observarmos com atenção poderemos ver como a linguagem da educação vem ficando submersa à linguagem da aprendizagem. Em relação à LDB, lei nº 9394/1996, Demo (1997) já questionava se esta estava preocupada com a educação ou com o ensino, porque a lei maior não enfocava de modo claro a criação de um sistema de educação no país, porque a todo momento fazia referência ao ‘ensino’ ou ‘sistema de ensino’. Conforme sua crítica “a visão da educação como ensino corresponde a uma época superada”

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

(DEMO, 1997, p. 71), agravada ainda pelo fato da normativa definir a aprendizagem visando a ‘aquisição de conhecimentos e habilidades’, outro aspecto denunciado pelo autor como obsoleto.

Nessa direção, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, para servir de ‘base’ aos currículos escolares de todas as redes educacionais (públicas e privadas), reafirma o Plano Nacional de Educação/2014 contribuindo para que a linguagem da aprendizagem ocupe centralidade nos currículos. Isso pode ser observado na lei Nº 13.005/2014, quando prevê que serão necessárias “diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local” (Grifos meus)(BRASIL, 2014).

Cabe destacar que a LDB/96 também definiu para o delineamento das políticas educacionais a incorporação de ‘objetivos de aprendizagem’ e ‘competências e habilidades’ como nomenclaturas chaves que sustentam toda a BNCC.

Na BNCC (BRASIL, 2017, p. 14) a criança, o jovem e o adolescente é um “sujeito de aprendizagem” e a escola é um “espaço de aprendizagem” que contribui para o “protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida” (BRASIL, 2017, p. 15). Se fizermos uma busca apurada no documento (versão do ensino fundamental) para encontrarmos a presença de uma linguagem da educação, obteremos 371 recorrências que identificam o termo ‘educação’. Destas, verificaremos que somente três situações reportam a uma linguagem da educação, nas seguintes situações: ao indicar que a BNCC (BRASIL, 2017) expressa um compromisso com a “promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito” (p. 5); ao justificar, segundo a política nacional de Direitos Humanos/2013, que as competências da BNCC são uma forma de reconhecer que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade” (p. 8); e, ao mencionar os marcos legais da BNCC quando cita a Constituição Federal/88 que a prevê como um direito fundamental (p. 10). As demais menções ao termo ‘educação’ estão relacionadas de modo geral à institucionalização da educação, à denominação de órgãos, legislações e normativas educacionais, de forma que não encontramos expressão sobre fundamentos, concepções ou princípios de uma educação a ser assumida pela BNCC, evidenciando assim, que seu foco trata do ensino e da aprendizagem e não da educação. Ainda, cabe ressaltar que, ao mencionar a promoção da educação integral, a BNCC revela o comprometimento desta com a “construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (Grifos meus) (BRASIL, 2017, p. 14).

Certamente, a linguagem da aprendizagem não pode ser desconsiderada nos processos educativos, no entanto, precisamos estar atentos para os efeitos que sua primazia pode acarretar à formação humana, como uma finalidade da escola. A linguagem da aprendizagem traz consigo uma natureza individualista, introduzindo “uma lógica que focaliza quase exclusivamente o usuário ou consumidor do serviço educacional” (BIESTA, 2017, p. 37). Isso traz impactos “sobre o discurso e a prática da educação” (BIESTA, 2017, p. 37) na produção de sujeitos coletivos, porque a linguagem da aprendizagem introduz um plano individual ao sujeito. Este se individualiza para empreender, para ser diferente dos outros, para ser o diferencial, que poderá ser notado e percebido pelo mercado como potencial inovador e produtivo. O sujeito empresarial que se produz nessa lógica não está interessado



Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

na solidariedade e na ação coletiva na sociedade, está mais preocupado com a sua sobrevivência, e de sua família, o que transforma o vizinho ou o colega em ameaças, ou então, ‘objetos’ que podem ser úteis ao seu projeto individual.

A linguagem da aprendizagem continua vigorando mesmo na pandemia da Covid-19, pois o fechamento de escolas não impediu o discurso do ensino e a da aprendizagem por meio de aulas remotas, que surgem como tentativas para dar continuidade ao processo educativo que as escolas tinham em seus planejamentos. A linguagem da aprendizagem não está só, pois nesse momento se associa a uma amiga poderosa e sofisticada, a tecnologia. Ela que já provou como é capaz de transformar a vida em sociedade, seja por meio das mudanças nas relações humanas e nas de produção econômica material e imaterial, seja nos avanços no campo da informação. Para alguns alunos as aulas seguem por meio de recursos tecnológicos acompanhados por seus familiares e professores que empreendem estratégias de ensino apoiados em plataformas online. Isso acontece porque são famílias e escolas que pertencem a uma classe social com condições financeiras que dispõem de recursos tecnológicos e internet adequada. Enquanto isso, outros não têm a mesma ‘sorte’, ou estão sem aulas, ou de modo precário realizam algum tipo de estudo, com ou sem apoio tecnológico.

A escola fechou devido à pandemia. Para alguns restou a aprendizagem, para outros nem isso. Este é um olhar que podemos fazer por dentro da escola no contexto pandêmico diante da desigualdade social. No entanto, também seria interessante perguntar sobre como retornaremos às escolas depois da pandemia. Não penso que devemos voltar à normalidade, pois estamos observando que a nossa incapacidade de cuidar uns dos outros durante a pandemia e a banalização da morte a que chegamos exige outra linguagem da e para a educação. Que linguagem de educação e de aprendizagem, e que humanismo e subjetividade a escola deveria investir em seus processos educativos para que nossa sociedade pudesse contar com sujeitos mais humanizados, mais responsáveis pelos outros.

UMA LINGUAGEM DA EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO

A linguagem da sociedade pós-moderna é a da aprendizagem e não a da educação, no entanto, a pandemia pode produzir efeitos diferentes sobre como precisamos pensar a vida e a educação. De um modo, a pandemia pode servir para sustentar a linguagem da aprendizagem, dando-lhe mais força diante da linguagem da educação. Por outro, pode fazer emergir um pensamento que entenda que a vida não se dá na individualidade, pois não sobreviveremos se não estivermos voltados para a coletividade, se não tivermos um humano responsável pelo outro.

Esse pensamento é colocado em cheque e se torna emblemático para nós brasileiros quando em junho/2020, ultrapassando 20 mil mortes e 300 mil casos confirmados de Covid-19 (em julho/2020 atingimos mais de 80 mil mortes), e ouvimos do mais alto cargo político de nosso país que “a gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo” (BOLSONARO, 2020). Trata-se de um enunciado que expressa uma necropolítica (Mbembe, 2018), ou seja, uma política sobre a população que não mais defende a vida, mas banaliza a morte. Temos um discurso político agindo sobre a população, composto por um poder que exige dos indivíduos uma resposta, uma posição sobre: que responsabilidade temos nós, humanos, sobre os outros? Que resposta temos à necropolítica? Que resposta a educação pode dar a esse pensamento?

Para que essa resposta seja pela vida e não pela morte é que precisamos “recuperar uma linguagem

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

da educação para a educação” (Grifos do autor) (BIESTA, 2017, p. 30) que retome a formação humana, não aquela idealizada pela pansofia comeniana, mas talvez, entre outros sob o pensamento de Lévinas (2015) e sua crítica ao humanismo que desloca a subjetividade e acolhe a alteridade. Para esse filósofo, sustentamos um humano que não é suficientemente humano, porque além de não ser capaz de evitar contextos de desumanidade, também é incapaz de se opor efetivamente a essas desumanidades e compreender que muitas são motivadas pela própria racionalidade humana. O desafio para a construção da retomada do humanismo passa também pela educação (BIESTA, 2017), por isso ela não pode ser reduzida ao ensino e à aprendizagem.

A linguagem da educação para a educação que precisamos é aquela que se identifica com uma perspectiva de humanização reconhece o humano responsável pelo outro, e compreende a responsabilidade pelo outro e pelo mundo como algo inerente ao seu ser. Isso nos coloca em uma relação solidária na sociedade e nos apresenta uma questão muito importante, que é “como podemos reagir responsabilmente ao que e a quem é outro, e como podemos viver pacificamente com o que e com quem é o outro” (BIESTA, 2017, p. 31).

Nesse sentido, a pandemia pode contribuir para constatar a necessidade da solidariedade como um sentimento de responsabilidade permanente com o outro, não como ‘um tempo’, ou como ‘uma campanha’ solidária, mas como uma ética da alteridade que constitui o ‘ser humano’. Uma campanha serve, muitas vezes, para minimizar um problema, e enaltecer a caridade como uma virtude que alivia o coração de quem doa e alegria o de quem recebe, mas tudo volta à normalidade em seguida. A pandemia parece um tempo que não passa, se prolonga, embora todos estejam com pressa para que tudo volte à ‘normalidade’, como era antes. Por isso, essa construção não é simples, pois a lógica do sujeito empreendedor que está presente na sociedade é a do individualismo e da individualização. Alterar a lógica da racionalidade neoliberal é um esforço que pode ser considerado como inatingível, mas a luta pela educação como um processo de humanização, ainda que seja resistência permanente, é o que podemos fazer como sujeitos que se sentem responsáveis pela humanidade e apostam na alteridade.

Em todos os sentidos, a pandemia da Covid-19 está mostrando, principalmente para o nosso país, a humanidade que o habita. O nível de desigualdade social que compõe o mapa brasileiro emerge em todos os lugares e, sem muitas análises, podemos dizer que só tende a aumentar, considerando os efeitos das dificuldades econômicas que afetam principalmente aqueles setores e camadas sociais mais fragilizadas. Todavia, além desse cenário, há outro que interessa nessa reflexão por estar relacionado ao nível de humanidade dos cidadãos brasileiros, na relação entre uns e outros no cuidado com a vida. Levanto essa questão porque ela está relacionada com a ‘tarefa’ da educação na sociedade, pois a problemática social que nos desafia - a pandemia e a não existência de remédio ou vacina - coloca em cheque a vida humana, e o nosso nível de humanidade. Cuidar-se, cuidar do outro, ficar em casa, lavar as mãos, usar máscara, não participar de aglomerações, etc. são algumas das recomendações que precisamos assumir coletivamente, no entanto, assistimos diariamente inúmeras situações que contradizem a esse pensamento coletivo. Alardeamos para todos os cantos que ‘as pessoas não são educadas’, ‘não respeitam ao outro’, ‘não se preocupam com o outro’, ‘só vão entender quando acontecer consigo’, e por aí seguem nossos ‘memes’, como alguns preferem.

Como se não bastasse esse tipo de comportamento das pessoas, ainda temos a ‘infantilidade’ de muitos que não lhes possibilita entender o contexto científico que envolve a pandemia da Covid-19, e por isso, acreditam em qualquer balela propagandeada, principalmente nas redes sociais.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

Assim, considerando de modo geral, o nível de desigualdade social, de humanidade, e de desenvolvimento cognitivo-conceitual e científico da população em geral, poderíamos pensar princípios educativos para constituir uma linguagem da educação para a educação que atuasse sobre nossos problemas teórico-práticos. Em contraposição à racionalidade neoliberal que, pela linguagem da aprendizagem, subjetiva o sujeito empreendedor e individualista, poderíamos pensar uma linguagem da educação focada na ética da alteridade para a produção de subjetividades responsáveis pelos outros. O conhecimento que integraria essa proposta deveria estar voltado para uma aprendizagem científica que estivesse à serviço da vida sustentável e não à transformação no humano em capital.

A ética da alteridade implica o reconhecimento do outro. Lévinas (1980; 2015), é considerado como um pensador da alteridade. A ruptura que ele faz com o pensamento da tradição filosófica ocidental, ao colocar a ética como a 'filosofia primeira', o identifica como um filósofo que pensou o impensado. A ideia de sensibilidade que ele apresenta constitui-se por mudanças que passam por uma sensibilidade ligada às estreitezias da vida, quando inclui na proximidade com o outro, atitudes de acolhimento e de responsabilidade. Com Lévinas é possível pensar uma subjetividade que não esteja tão interessada na assimilação do outro e sim, que responda a ele, por meio do acolhimento e da responsabilidade, instaurando o que ele chama de 'um-para-o-outro'. Mas como uma linguagem para a educação poderia promover essa ética da alteridade no espaço escolar?

Na tentativa de propor essa mudança não podemos desconsiderar que a escola foi instituída na sociedade com a finalidade de educar as pessoas, ou seja, como uma forma de conduzir a população por meio de um governo que, em linhas gerais, teria o propósito de manter a ordem e a normalidade social em vigência. Formar cidadãos têm sido um grande objetivo da escola. Por isso, a escola pública, não somente por estar sob a responsabilidade do poder público, mas por ser um espaço público, possui uma potencialidade desejada para a produção de sujeitos cidadãos, engajados na construção da vida em sociedade democrática. Essa vida democrática implica na relação com o outro, no reconhecimento do outro como diferente de mim, mas como diferente não é inferior e nem deve ser anulado por mim.

Assim, uma linguagem da educação que se faz necessária para enfrentarmos os problemas teóricos e práticos que vivemos no contexto atual, e que serão futuros também, passa pela retomada da dimensão pública da escola, e da democracia como princípio educativo integrador da sua pedagogia.

A ideia do público, a dimensão da vida pública como comunidade implica em responsabilidade. Biesta (2017) nos sugere pensar a linguagem da educação como aquela que se responsabiliza por “propiciar oportunidades para que os indivíduos venham ao mundo” (p. 48), o que significa viver e participar do mundo social e ser capaz de responder ao outro sendo responsável por ele, confrontando-se “com o que é outro e com quem é outro” (p. 49). Seguindo o pensamento de Arendt em seu livro *A condição humana*, Biesta (2017) explica que vir ao mundo não é um simples apresentar-se ao mundo, mas consiste em se fazer presença como um início em um mundo repleto de outros inícios, apresentados por outros que não são como nós, e mesmo assim não são obstruídas as possibilidades para que cada um possa apresentar-se como singularidade. Isso quer dizer que a democracia que reconhece o outro lida com o dissenso, com as diferenças e com as singularidades.

Assim, se desejamos pensar uma nova linguagem para a educação que promova a alteridade por meio da democracia precisamos retomar nossa compreensão sobre o humanismo e também sobre a

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

democracia.

Biesta e Lévinas aproximam-se e nos indicam um humanismo que suplanta a noção que temos do humano edificado em torno da subjetividade (eu) e da individualidade, como se fosse uma essência, para “pensar no ser humano em sua singularidade e unicidade” (BIESTA, 2017, p. 56) constituído na intersubjetividade (outro). Esse humano se afasta do pensamento filosófico que sustentou a consciência, o eu soberano, como o ponto de partida e fundamento da relação entre os indivíduos e direciona-se a uma nova relação entre o eu e o outro, de modo que o outro seja o ponto de partida para o eu. Lévinas (2015) nos diz que o humano se dá a partir da responsabilidade com o outro, pois “a responsabilidade é o que de maneira exclusiva me incumbe e que, humanamente, não posso rejeitar” (Grifo do autor. Tradução minha) (LÉVINAS, 2015, p. 85).

Assim, segundo Biesta (2017), não precisamos de uma nova teoria do sujeito, mas uma nova abordagem sobre a subjetividade humana para compreendermos sua pluralidade. Essa subjetividade humana estaria na contramão daquela que sofre investimentos pela governamentalidade neoliberal instaurada no mundo contemporâneo, que na relação com o outro, o toma como um adversário ou um concorrente e por isso, investe sobre si como forma de tornar-se competitivo e afirmar a subjetividade (eu) contra a alteridade (outro).

Pensar essa nova abordagem do humano na linguagem da educação, no contexto atual, pode nos parecer impossível, mas ao mesmo tempo é uma necessidade urgente. Vimos com a pandemia que nosso inimigo não está em um vírus, mas nas respostas que os indivíduos dão em relação ao outro, à vida comum, e esse poderá ser o fim provável da humanidade, ou seja, a sua própria razão (des)humana.

Espera-se que a escola retorne à ‘normalidade’ em breve, mas queremos voltar como éramos, vale a pena fazer o que vínhamos fazendo? Ou acreditamos que seria possível retomar a linguagem da educação sob uma ideia de humanismo que se prepare para enfrentar os ataques do neoliberalismo e a banalização da vida que parecem crescer a cada dia?

Para uma nova linguagem da e para a educação que perpassasse por uma ética da alteridade como propõe Lévinas, Biesta (2017, p. 156) argumenta que “a responsabilidade educacional não é só sobre a formação de seres únicos e singulares, mas é uma responsabilidade de um mundo de pluralidade e diferença”. Para que essa perspectiva ética possa ser experiência de vida, uma nova linguagem democrática de educação deve compor as propostas pedagógicas escolares e práticas cotidianas devem ser vividas.

Assim, em contraposição à produção de subjetividades competitivas teríamos subjetividades democráticas. No entanto, Biesta (2017) problematiza nossa compreensão sobre as relações entre democracia e educação e a produção da pessoa democrática, sob três aspectos: o primeiro, a compreensão que temos sob uma visão individualista da democracia e seus fundamentos na racionalidade e na “capacidade de os indivíduos fazerem uso da sua própria razão sem orientação de outro”, como uma demonstração de “pensamento próprio [...] de um sujeito racional e autônomo, sendo tarefa da educação democrática liberar o potencial racional do sujeito humano” (BIESTA, 2017, p. 168). Esta visão compreende que basta o indivíduo aprender e adquirir habilidades para viver democraticamente, o que se torna problemático, porque a origem da subjetividade não está no indivíduo, mas nas relações de poder e saber que estão além do controle racional do indivíduo.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

O segundo aspecto, situa a subjetividade democrática a partir da participação na vida democrática, por meio da democracia, e não para a democracia, como na perspectiva anterior. Essa compreensão difere da anterior por atingir um nível social, enquanto a anterior tinha um caráter individual. No entanto, esse autor, levanta um terceiro aspecto partindo do pensamento de Hannah Arendt sobre uma concepção ‘política de pessoa democrática’ que reconhece a subjetividade implicada na atuação do sujeito. Ampliando a dimensão social da democracia, as ideias dessa filósofa destacam a dimensão política da democracia ao indicar que “a subjetividade tem a ver com a ação: ser um sujeito significa agir, e a ação começa com a introdução dos inícios desse sujeito no mundo. [...] para ser um sujeito, precisamos de outros que reajam a nossos inícios” (BIESTA, 2017, p.175). Isso significa que a ação democrática requer pluralidade e a subjetividade democrática depende da qualidade da interação humana. Quanto mais possibilidades de interação coletiva, maiores são os desafios para viver com outro, mais investimentos para a convivência são necessários.

Essa concepção política da democracia vincula a subjetividade à vida coletiva em que todos podem ter oportunidade de começar, de agir, de trazer novos pensamentos sem controles e retaliações. A subjetividade democrática só se torna possível quando todos têm a oportunidade de ser um sujeito singular e expressar pluralidade e diferença.

A promoção da democracia em nossas escolas não é novidade, mas o que podemos acrescentar é a necessidade da democracia existir na contínua ação entre as pessoas, considerando as diferenças que as constituem, sem dar fôlego a um pensamento fascista que tente eliminar o outro para que o eu triunfe. Assim, repensando o humanismo e a educação democrática, podemos introduzir uma linguagem da educação para a educação que permita trazer a pluralidade e a diferença como um compromisso com o que é humano, afastando-se da visão neoliberal que vê a diferença e a pluralidade como expressão de uma liberdade útil para ampliar os gradientes de competitividade. Nesse desafio, a linguagem da aprendizagem não desaparecerá, mas poderá sofrer transformações importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conduzir essa discussão procurei fazer uma reflexão em torno da educação na contemporaneidade e os efeitos que a racionalidade neoliberal contemporânea está produzindo sobre o projeto formativo que as políticas educacionais e as escolas estão construindo. A discussão central esteve voltada para uma problematização acerca de uma linguagem preponderante na educação. Tomando a linguagem, não com a função de definir ou descrever, mas constituir e fazer existir, problematizei a predominância da ‘linguagem da aprendizagem’ sobre a ‘linguagem da educação’. Isso não se dá ao acaso, mas coaduna com a lógica neoliberal que têm interesses na educação.

Assim, na primeira parte do texto discuti a linguagem da aprendizagem, como um efeito da racionalidade neoliberal que se instaurou na sociedade contemporânea, sem desconsiderar o contexto pandêmico que transformou a educação em ensino remoto e a aprendizagem à distância, evidenciando a linguagem da aprendizagem como centralidade.

Assim, ao longo do texto procurei fazer uma crítica a essa linguagem que decorre da racionalidade neoliberal contemporânea que se interessa pela produção de subjetividades competitivas que possam participar dos jogos do mercado. Esse tipo de subjetividade também está associado a uma noção de humano, e por isso, sendo competitiva, a compreensão de humanidade e o nível de preocupação

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

com o outro que forma essa dimensão humana fica aquém da possibilidade de um mundo que responda às dificuldades da vida social e política. Na segunda parte, discuti sobre a escola como um espaço/tempo de vivências coletivas e democráticas que podem fortalecer a formação humana, na tentativa de colocar em funcionamento uma linguagem da educação que produza sujeitos sensíveis à alteridade.

Certamente, a escola não tem poder para mudar a lógica neoliberal que conduz a sociedade, porque como mencionado anteriormente, trata-se de uma racionalidade, porém uma linguagem da educação para uma educação preocupada com subjetividades democráticas, sensíveis ao outro, podem iniciar um limiar da alteridade em direção a um humano mais responsável pela vida humana coletiva.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. A educação pública e as corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimentos no Brasil. Porto Alegre. Revista Fineduca, n. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/79084> Acesso em: 10 jun. 2020.

BOLSONARO, Jair. Correio Braziliense: política. Brasília. 2 jun. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/02/interna_politica,860325/age-lamenta-todos-os-mortos-mas-e-o-destino-diz-bolsonaro.shtml Acesso em: 16 jun. 2020.

COMENIUS, Jan Amos. Didática Magna. México, Porrúa, 1997.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei 13.005, de 2014. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 16 jul. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 20. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Curso Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129,p. 1085-1114,out./dez/, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/>

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

0101-7330-es-35-129-01085.pdf Acesso em: 10 jun. 2020.

HILL, Dave. O neoliberalismo, a resistência e a deformação da educação. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

LÉVINAS, Emmanuel. Totalidade e infinito. Trad. José Machado dias. Lisboa: Edições 70, 1980.

LÉVINAS, Emmanuel. Ética e infinito. Trad. Jesús María Ayuso Díez. Madri: Ed. Antônio Machado, 2015.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NARODOWSKI, Mariano. Comenius e a Educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Parecer CEUA: 3.464.553